



VIDAS PRECÁRIAS: A IMPOSIÇÃO DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL E DA NECROPOLÍTICA NUM TEMPO SEM FUTURO

Rilton Ferreira Borges*
Pietra Diwan**

RESUMO

Nas últimas décadas temos vivido um processo de aceleração das transformações tecnológicas, que implicam em transformações sociais, econômicas e na própria percepção da passagem do tempo por parte dos indivíduos. Essa nova percepção, que identificamos como presente expandido ou tempo sem futuro, tem como característica uma exacerbação da experiência do presente em detrimento das noções de passado e de futuro, sendo diretamente influenciada pelo pensamento neoliberal. Com a pandemia de COVID-19, essa percepção de um presente expandido ficou ainda mais evidente. Usando o trabalho de Michel Foucault como referência, este texto busca analisar, a partir de experiências no Brasil e nos Estados Unidos, como os recentes governos conservadores e de direita atuaram nesse contexto pandêmico e de tempo sem futuro para construir relações de poder baseadas em uma forma neoliberal de lidar com a informação e com a vida.

Palavras-chave: neoliberalismo, necropolítica, tempo sem futuro, governamentalidade.

PRECARIOUS LIVES: THE IMPOSITION OF NEOLIBERAL IDEOLOGY AND NECROPOLITICS IN A TIME WITHOUT A FUTURE

ABSTRACT

In recent decades we have experienced a process of acceleration of technological transformations, which imply social and economic transformations and in the very perception of the passage of time on the part of individuals. This new perception, which we identify as the expanded present or time without a future, is characterized by an exacerbation of the experience of the present to the detriment of the notions of past and future, being directly influenced by neoliberal thinking. With the COVID-19 pandemic, this perception of an expanded present has become even more evident. Using the work of Michel Foucault as a reference, this text seeks to analyze, from experiences in Brazil and the United States, how recent conservative and right-wing governments acted in this pandemic context and time without a future to build power relations based on a neoliberal way of dealing with information and life.

Keywords: neoliberalism, necropolitics, time without a future, governmentality

* Doutor em História pela PUC-SP, mestre em História pela UNIFESP, bacharel e licenciado em História pela PUC-SP. Professor de História no Instituto Federal Farroupilha – Campus Avançado Uruguaiana. Organizador do livro “Teoria da História e História da Historiografia: novas abordagens” (Paco, 2023). E-mail: rilton.borges@iffarroupilha.edu.br

** Doutora em História pela PUC-SP, professora de História dos Estados Unidos no Bluegrass Community and Technical College (Lexington, Kentucky). É autora de Raça Pura: uma História da Eugenia no Brasil e no Mundo (Contexto, 2007). E-mail: mailto:pietrasd@gmail.com

VIDAS PRECARIAS: LA IMPOSICIÓN DE LA IDEOLOGÍA Y LA NECROPOLÍTICA NEOLIBERAL EN UNA ÉPOCA SIN FUTURO

RESUMEN

En las últimas décadas hemos vivido un proceso de aceleración de las transformaciones tecnológicas, que implican transformaciones sociales, económicas y en la percepción misma del paso del tiempo por parte de los individuos. Esta nueva percepción, que identificamos como presente expandido o tiempo sin futuro, se caracteriza por una exacerbación de la experiencia del presente en detrimento de las nociones de pasado y futuro, estando directamente influida por el pensamiento neoliberal. Con la pandemia de la COVID-19, esta percepción de un presente expandido se ha vuelto aún más evidente. Tomando como referencia la obra de Michel Foucault, este texto busca analizar, a partir de experiencias en Brasil y Estados Unidos, cómo los recientes gobiernos conservadores y de derecha actuaron en este contexto de pandemia y tiempo sin futuro para construir relaciones de poder basadas en una forma neoliberal de tratar la información y la vida.

Palabras clave: neoliberalismo, necropolítica, tiempo sin futuro, gubernamentalidad.

INTRODUÇÃO

Todos os historiadores veem como desafio analisar períodos históricos desdobrados num tempo presente próximo. No entanto, transformações impostas pela aceleração do cotidiano dada pela tecnociência demandam a observação de permanências e rupturas históricas neste processo. O caso brasileiro não é o único atravessando por esse momento. A aceleração é global. E não é simplesmente sobre a aceleração tecnocientífica, mas também a crise climática, a degradação econômica, a polarização política, o descrédito às instituições democráticas e a diluição do mundo do trabalho, para citar apenas algumas instâncias em transformação. Neste sentido, pode-se dizer que a pandemia de Covid-19 escancarou e sobrepôs todas as crises diante de nós.

As transformações decorrentes da imposição do distanciamento e do isolamento social aliadas às novas práticas sob a ameaça do vírus contribuíram para a exacerbção de uma tendência para a transformação das relações educacionais, políticas e de trabalho sem precedentes. Apelidada por muitos de Revolução 4.0¹ – ou a internet das coisas – fundamenta-se pela expansão da automação de processos industriais; a aliança entre o mundo físico e digital; a mudança de um sistema de controle central para outro fragmentado; modelos de dados e sistemas digitais de controle e a customização de produtos.

¹ Os quatro estágios da Revolução Industrial compreendem os seguintes períodos: 1) início do século XVIII (máquinas a vapor, tear mecanizado); 2) início do século XIX (eletricidade e linha de produção); 3) cerca de 1970 (automação parcial e computadores); e, 4) a virada dos anos 2000 (internet, tecnologias computacionais e a tecnociência. Para saber mais, veja: <https://www.cafehistoria.com.br/revolucao-industrial-comentada/>

Nesse sentido, a sociedade contemporânea tem visto nas últimas duas décadas uma aceleração dos desenvolvimentos tecnológicos, mas também das interlocuções entre indivíduos com tais tecnologias. Sistemas cada vez mais inteligentes, cada vez mais autônomos, cada vez mais interferindo nos agenciamentos do cotidiano. Esta intervenção no *aqui e agora* ofereceu as condições de abertura das possibilidades de futuro visto como um horizonte aberto e cuja humanidade constrói seu caminho. No entanto, é importante destacar que esta é uma perspectiva que transformou nossa concepção de tempo histórico, já que o futuro está sempre num lugar indefinido. A noção de viver num presente expandido ou tempo sem futuro é a vivência em mundos e temporalidades concorrentes, com tantas possibilidades que paralisam a opção por um caminho de ação e a realização passa a ser uma projeção em *continuum* (GUMBRECHT, 2014.).

Ao mesmo tempo, há uma sensação de estagnação do tempo em relação ao passado, a qual experiências de gerações anteriores às nossas não se comunicam com as demandas do presente. Uma noção de que tudo pertencendo ao passado é obsoleto. A vida adquire uma perspectiva a-histórica em que um presente estendido se implementa. O passado pertence à categoria do antigo, do ultrapassado; o futuro, num lugar inatingível, e o presente é a repetição de forma infinita e precária das projeções de um futuro ideal, utópico.

Nesse sentido, nossa percepção do presente é uma imposição dada pela dinâmica econômica em funcionamento na sociedade Ocidental, principalmente nos centros urbanos. O resultado desse sistema – que tem sua historicidade – pode ser entendido na articulação entre a relação entre a governamentalidade e a ideologia neoliberal.

GOVERNAMENTALIDADE

Diante do trabalho minucioso do historiador-filósofo Michel Foucault é possível perceber que suas análises foram direcionadas para a transição da sociedade absolutista, cujo poder estava concentrado na figura do soberano – geralmente no contexto francês – e o momento de mudança e transição do Velho Regime para a modernidade. A Revolução Francesa e as possibilidades apresentadas pela democracia despertaram a problematização de Foucault que colocou em discussão se realmente havia liberdade a partir do século XVIII. Em seus cursos no College de France, Foucault abordou temas como a loucura; o surgimento da medicina social; criou um de seus mais bem sucedidos conceitos – o biopoder, do poder disciplinar. No curso *Segurança, Território, População* (1977-1978), reunido em livro que no Brasil recebeu o mesmo título em 2008 ([1979], 2008), o autor aprofundou suas reflexões sobre governo, governamentalidade e dispositivos de segurança. Quase três décadas antes, no Brasil,

uma das aulas do curso – a aula de 1º de fevereiro de 1978 – havia sido traduzida e publicada em *Microfísica do Poder* ([1979] 2001). Ali, o autor aponta o momento em que a arte de governar deixa de se concentrar na figura do soberano e passa para uma estrutura tecnológica, criada para racionalizar as ações sobre a população, os custos e lucros produzidos por esta estrutura. Explica:

A passagem de uma arte de governo para uma ciência política, de um regime dominado pela estrutura da soberania para um regime dominado pelas técnicas de governo, ocorre no século XVIII em torno da população e, por conseguinte, em torno do nascimento da economia política. (FOUCAULT, 2001, p. 141)

De acordo com Foucault, estudar o domínio da governamentalidade significa entender a própria noção de Estado e de população. Ambos conceitos têm uma história particular, facetas imersas e obscuras, mas uma visível (FOUCAULT, 2008). Dessa forma, no governo em suas estruturas institucionais – visíveis – há uma lógica própria que possibilita elucidar o tipo específico de poder que se organiza nele. Ele usa o exemplo do hospital psiquiátrico na sua relação com o poder médico, e desta relação com uma outra forma de poder que se articula com um projeto global dirigido a toda a sociedade que é a higiene pública (FOUCAULT, 2008).

Para governar sob essa nova perspectiva, não mais sob o domínio do soberano, é preciso criar uma estrutura. No entanto, no interior das mesmas são produzidas outras instâncias de poder que mesmo estando subjugadas ao governo, replicam a mesma lógica de governar que é exercida pelo governo. Nas estruturas de governo,

Os governantes, as pessoas que governam, a prática de governo são, por um lado, práticas múltiplas, na medida em que muita gente pode governar: o pai de família; o superior do convento, o pedagogo e o professor em relação à criança e ao discípulo. Existem, portanto, muitos governos, em relação aos quais o do príncipe governando seu Estado é apenas uma modalidade. Por outro lado, todos estes governos estão dentro do Estado ou da sociedade. (FOUCAULT, 2001, p. 280)

Foucault (2008) definiu governamentalidade como: 1) o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer esta forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, por forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança; 2) a tendência que o Ocidente conduziu durante muito tempo, à preeminência deste tipo de poder, que se pode chamar de governo, sobre todos os outros – soberania, disciplina, etc. – e levou ao desenvolvimento de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes; 3) o resultado do processo através do qual o Estado de justiça da Idade

Média, que se tornou nos séculos XV e XVI Estado administrativo, foi pouco a pouco governamentalidade. Afinal de contas, o Estado não é mais que uma realidade compósita e uma abstração mistificada, cuja importância é muito menor do que se acredita. O que é importante para a Modernidade, e para os tempos atuais não é tanto a estatização da sociedade mas a governamentalização do Estado (FOUCAULT, 2008).

Parte essencial dessa estrutura que irá se formar – a partir desse novo modo de governamentalidade – será determinada pelas técnicas de poder, chamadas de *dispositivos de segurança*. Os dispositivos de segurança foram divididos por Foucault em quatro aspectos: os espaços de segurança; a relação com o acontecimento – ou tratamento aleatório; a normalização, e finalmente, a correlação entre a técnica de segurança e a população, “ao mesmo tempo como objeto e sujeito desses mecanismos de segurança, isto é, a emergência não apenas da noção, mas da realidade da população” (FOUCAULT, 1979 [2008]: p. 15).

Desta forma, de maneira concreta, o gerenciamento da população será construído a partir da era da governamentalidade. Ela consiste em táticas de governo que permitem “definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade.” (FOUCAULT, 2001, p. 291-292). Assim, a novidade apresentada por Foucault em relação à composição dos estados-nação é que um estado de governo não seria definido por sua territorialidade, mas pela massa da população, com seu volume e densidade, e em que o território que ela ocupa é apenas um componente. O Estado tem como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico de forma equivalente a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança.

A partir do entendimento da forma como Foucault entende a estrutura do Estado e seu funcionamento centrado no gerenciamento da população, surge a questão se a desinformação tornou-se uma nova racionalidade do Estado, ou se pelo menos é parte do grupo de dispositivos de segurança. Foucault estabelece o surgimento de uma nova *razão de Estado* a partir do século XVIII, na qual o conhecimento dos elementos que o compõem que permitirão que o Estado mantenha sua força. A partir desta nova forma de se pensar o governo, o saber estatístico ganha um papel primordial, pois é ele que fornecerá ao governante e sua burocracia os dados necessários para um bom governo. O censo, por exemplo, dentro dos estudos estatísticos, ganha uma nova dimensão e passa a ser aplicado em cada vez mais âmbitos da administração. Podemos citar na área de educação do Brasil o censo escolar, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), aplicado aos concluintes

do ensino superior, além de exames semelhantes aplicados pelas redes municipais e estaduais pelo país. Quanto mais informações o governo tiver, maiores são as chances de conseguir administrar seus recursos e promover ações que tornem o governo mais eficiente e eficaz.

Essa lógica, entretanto, vem sendo desafiada nos últimos anos por alguns governos caracterizados por um viés autoritário na política, conservador nos costumes e liberal (ou neoliberal) na economia. Como exemplos mais familiares a nós, podemos citar a presidência de Donald Trump nos EUA e de Jair Bolsonaro no Brasil. Nestes dois casos, a desinformação parece ser a tônica: a disseminação de notícias falsas, questionamentos a conhecimentos cientificamente produzidos e acusações sem provas fizeram parte do repertório dos discursos destes políticos desde suas campanhas – vitoriosas, por sinal. Estaríamos diante de uma transformação na razão de Estado?

Primeiramente, precisamos esclarecer um ponto importante. O conhecimento a que o governante precisa ter acesso para o bom governo não necessariamente precisa ser compartilhado. Em outras palavras, os dados obtidos através dos censos e outros mecanismos estatísticos não precisam ser públicos: a publicidade desses dados é um elemento de Estados democráticos, mas Estados autoritários não deixam de ser modernos, apenas omitem a informação para que esta não seja usada contra o governo. Este esclarecimento feito pode nos levar a uma hipótese tentadora: a desinformação propagada pelos governos Trump e Bolsonaro seria uma espécie de *cortina de fumaça* que colocaria os dados reais em dúvida para a população em geral, mas estes seriam seguramente conhecidos pelos membros do governo para realizar suas ações. Ao invés de omitir as informações, como as ditaduras do século XX faziam, estes novos governos autoritários divulgariam informações dúbias, cuja interpretação seria sempre polêmica, abrindo espaço para ações dentro do *limite ampliado* da informação instável. Um exemplo para se compreender essa hipótese seria o da vacinação contra a COVID-19 no Brasil: por um lado temos a propaganda do Ministério da Saúde incentivando a vacinação, e por outro lado temos membros do governo desestimulando a vacinação. O próprio presidente declara de forma contundente que não vai se vacinar, mas decreta sigilo sobre sua carteira de vacinação, mantendo a dúvida sobre a efetivação prática de seu discurso². Podemos concluir que, ao contrário das ditaduras do século XX, em que a informação omitida ou mentirosa poderia ser desmascarada e expor o governante como *mentiroso*, a informação dúbia do século XXI joga para a imprensa

² Cf.: https://cultura.uol.com.br/noticias/43774_palacio-do-planalto-estabelece-100-anos-de-sigilos-a-exames-de-anticorpos-de-bolsonaro.htm

e para a oposição o papel de possíveis *mentirosos*, já que ao governante sempre haverá a opção de dizer que foi mal interpretado ou propositalmente difamado.

Essa hipótese é bastante interessante, mas não dá conta de um elemento a mais nestes governos da desinformação: o sucateamento dos mecanismos de obtenção de informações. No caso do governo Bolsonaro os exemplos são diversos, mas o mais simbólico foi o corte de verbas do próprio censo do IBGE³, diminuindo a abrangência do mesmo. O corte obscuro nas verbas para a ciência⁴ e as intervenções em órgãos como o INPE⁵ tornam este cenário ainda mais confuso: por que um governo voluntariamente abre mão de obter informações?

Uma possível resposta para essa informação está relacionada a uma nova racionalidade do Estado; ou, melhor dizendo, a uma nova racionalidade que busca reduzir o papel do Estado. Dentro de uma lógica neoliberal – a qual discutiremos a seguir – quanto menos poder o Estado tiver, mais liberdade de ação as corporações e os indivíduos terão; e, quanto menos informação, menos poder o Estado terá. Abrindo mão da produção de dados, o (anti)Estado neoliberal abre margem para a produção de dados *independentes* – leia-se: de corporações e indivíduos –, que concorrerão pela aceitação do público em geral como qualquer outra mercadoria. Esse contexto abre espaço para uma situação bastante perigosa do ponto de vista do conhecimento: os dados deixam de ter validade pelos critérios científicos adotados por seus produtores, mas ganham força dependendo do tamanho e do poder de quem os consome como verdadeiros.

LIBERALISMO E NEOLIBERALISMO

O liberalismo comumente é associado com a liberdade e as regras de livre mercado aplicadas na esfera econômica. No entanto, o liberalismo pode ser visto como tensão. Não há unidade real nele. A ideia de direito natural, liberdade de comércio, propriedade privada e as virtudes de equilíbrio de mercado são alguns dos dogmas do pensamento liberal dominante em meados do século XIX. As transformações econômico-sociais a partir deste período transformaram o modo de geração de riqueza acelerando os modos de produção e transformando as relações de trabalho. O socialismo tenta denunciar que esta ideia de igualdade era fictícia, que os *contratos sociais* não correspondiam a trocas justas, e uma crise do liberalismo seria então anunciada.

³ Cf.: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56490188>

⁴ Cf.: <https://www.camara.leg.br/noticias/815978-ministro-reitera-que-foi-pego-de-surpresa-com-corte-de-92-das-verbas-para-ciencia-e-tecnologia>

⁵ Cf.: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/13/apos-recorde-de-alerta-de-desmatamentos-na-amazonia-governo-exonera-coordenadora-do-inpe.ghtml>

Esta crise se aprofunda em princípios do século XX, mas será agravada principalmente após o final da Primeira Guerra Mundial, no período comumente conhecido como entreguerras (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 39).

A tensão do liberalismo citada no trabalho de Dardot e Laval se refere a dois antagonismos: aos reformistas sociais que defendiam um ideal de bem comum, coletivo; e aqueles partidários da liberdade individual como fim absoluto. O que se considerou a crise do liberalismo, que acometeu a sociedade entre 1880 e 1930 é o que Foucault considerou como a crise da governamentalidade liberal, isto é, uma crise circunscrita ao problema prático da intervenção política na esfera econômica e social (Nascimento da biopolítica, p. 71).

Sob esta perspectiva, o direito natural – direitos invioláveis – tornou-se um impedimento à arte do governo. Oligarquias capitalistas, em especial nos casos estadunidense e alemão, estiveram entrelaçadas com os dirigentes políticos a fim de estabelecer *regras* que não correspondiam a uma ordem econômica, mas na verdade protecionista de interesses privados. Assim, grupos cartelizados marginalizam a pequena empresa deixando de fora da equação demandas de empresários e empregados dos conglomerados econômicos por limitar práticas regulatórias (LAVAL; DARDOT, 2016).

O NEOLIBERALISMO

Desta forma, o mercado foi constituído como uma realidade construída, a qual prescinde da intervenção ativa do Estado. Desde aí a própria noção que há a possibilidade de um liberalismo, se esvai. Como enfatizaram Laval e Dardot:

[...] o discurso neoliberal não é diretamente articulado a uma ontologia da ordem mercantil, pois, longe de buscar em algum “curso natural das coisas” o fundamento de sua própria legitimidade, ele assume deliberada e explicitamente seu caráter de “projeto construtivista” (2016, p. 377).

Já a ordem de mercado não reside na troca, a qual um contrato é estabelecido sob bases justas, mas na concorrência, na relação de desigualdade entre diferentes empresas. Nesse sentido, o Estado não será visto somente como mediador destas relações, mas como mais uma empresa em seu modo e funcionamento interno e na sua relação com outros Estados.

Estado <=> empresa <=> cidadão
razão neoliberal <=> ademocrática – anti-democrática <=> totalitária

O CASO BRASILEIRO

Ao compreender a racionalidade neoliberal é possível traçar um paralelo para entender como esta reflexão se articula com a realidade brasileira. Sem a pretensão de análises sobre a política econômica brasileira, mas com o intuito de entender de que maneira a classe dominante do país se articula com os princípios neoliberais. Parece que há um hibridismo na proposta da elite empresarial brasileira que ora obedece à razão neoliberal, ora à lógica escravista e/ou liberal clássica.

Esse hibridismo pode ser exemplificado na forma como esta elite compreende as relações de trabalho: em alguns momentos, emprega o discurso do *capital humano*, enxergando o *colaborador* como um *ativo* da empresa, de modo que ao receber *investimento* será capaz de produzir lucro. Esse raciocínio, que enxerga a força de trabalho como capital, é eminentemente neoliberal. Por outro lado, ainda observamos em discussões a respeito das reformas trabalhistas e nos discursos de muitos empresários a noção de *custo de mão de obra*, na qual a força de trabalho é vista como uma mercadoria a ser adquirida de um trabalhador disposto a negociá-la. Esta noção é fundamentalmente liberal, ou seja, encara o trabalho como uma entre outras mercadorias (POLANYI, 2012). Em alguns casos, o discurso de *custo de mão de obra* se confunde com o poder sobre o corpo do trabalhador e exigir sua produtividade até a exaustão, o que nos remete ao trabalho industrial do século XIX, ou mesmo à escravidão⁶.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2020 e a chegada de um novo vírus com potência destruidora desconhecida tal como o SARS-CoV-2, juntaram-se a onda de polarização política e descrédito das instituições científicas. Esta conjectura afetou drasticamente o controle na contenção da pandemia no Brasil e no número desproporcional de mortes. As políticas públicas na área da saúde e principalmente na área vacinal brasileira sempre foram vistos como modelos a serem seguidos mundialmente. Longe da perfeição, mas um serviço gratuito e de largo alcance as vacinações pelo Sistema Único de Saúde (SUS) eram logisticamente distribuídas nas áreas mais remotas do país. Além disso, o serviço organizado e bem mapeado pela Confederação Nacional dos Agentes Comunitários de Saúde (CONACS) através dos agentes comunitários de saúde mantém ainda uma relação estreita com a comunidade, com a capacidade de informar e disseminar práticas de prevenção da doença, principalmente no uso de máscaras,

⁶ Cf.: <https://ctb.org.br/sem-categoria/almoco-bastam-15-minutos-diz-vice-da-fiesp/>

sanitização das mãos e superfícies, e o distanciamento social. Onde estamos? Qual foi o papel da desinformação na delimitação da resposta do governo brasileiro diante da necessidade de prevenir a disseminação do vírus ou de acelerar a vacinação para evitar milhares de mortes que poderiam ser evitadas? O atraso na tomada de decisão expôs uma política de disseminação do vírus, contaminação ampla e atraso na compra e desenvolvimento de vacinas fomentada pelas redes de suporte do governo que disseminaram a desinformação.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid trabalhou para apurar se o governo de Jair Bolsonaro gerenciou a crise de maneira intencional para não vacinar a população. Sua negação de relatórios científicos com credibilidade comprovada dando espaço para métodos de *tratamento precoce* (kit Covid), sem base científica sólida que contribuiu para aumentar as mortes em pacientes graves, de acordo com a apuração junto a diretores de Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) em hospitais de referência feita pela BBC News Brasil⁷. O relatório final da CPI pediu o indiciamento do presidente por 9 crimes, que vão desde crimes comuns, passando por crimes de responsabilidade, chegando a crimes contra a humanidade⁸, mas ainda não teve efeito prático até a conclusão deste texto.

São muitas as demonstrações acumuladas pelo governo de Jair Bolsonaro que desde 2018 investe numa política de destruição da vida dos brasileiros. São inúmeras as declarações de apoiadores, parlamentares e ministros que têm inspiração no que há de mais conservador e retrógrado, muito próximos de nosso passado eugenista, mas não restrito somente a ele. Como já foi dito, Bolsonaro sugeriu a laqueadura de trompas e vasectomia para pessoas pobres⁹. Posou para foto, com Beatrix von Storch, a representante do partido de extrema direita da Alemanha e neta do ministro das finanças de Hitler, Lutz Graf Schwerin von Krosigk¹⁰. Finalmente, o bordão bolsonarista *Brasil acima de tudo* é uma tradução/paráfrase de *Deutschland über alles*, o slogan preferido de Hitler.

Nas primeiras décadas do século XX, a eugenia prescindia do Estado para ser implementada. É verdade também que Estados podem adotar práticas de matizes eugenistas ainda que estas práticas não estejam explicitadas. Se os dados e a história mostram que a vida e a morte estão sob o controle do Estado, então o Estado pode agir com a intencionalidade

⁷ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56457562>

⁸ Cf.: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2021-10/cpi-da-pandemia-aprova-relatorio-final-e-ped-e-80-indiciamentos>

⁹ Cf.: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/bolsonaro-defendeu-esterilizacaode-pobres-para-combater-o-crime-e-a-miseria-1aovx9j7m6jou5jym0gwcxkro/>

¹⁰ Cf.: <http://www.institutobrasilisrael.org/noticias/noticias/encontro-entre-bolsonaro-e-beatrix-von-storch-e-afronta-ao-espírito-da-constituicao-democratica-do-brasil-diz-coordenador-executivo-do-ibi/>

de alterar essas métricas estimulando ou não a vida e a saúde dos indivíduos de uma nação. Mesmo sabendo que o Estado hoje não se configura da mesma forma como há um século, indiciamentos agora, as mídias sociais, a privacidade na coleta de dados, sejam eles médicos ou não, aliados aos planos de algoritmos pretendem aperfeiçoar e tornar os corpos mais eficientes, redesenhando as possibilidades extrínsecas, mas também intrínsecas de cada corpo (Turda, 2010). Isso pode significar também o *deixar morrer*, proposto por Foucault (2008). Em países como os Estados Unidos, cuja (neo)eugenia confunde-se com o próprio liberalismo, em que fazer opções que interferem diretamente no corpo tornou-se simplesmente uma questão econômica pela possibilidade de acesso à saúde, à educação, à métodos cosméticos, cirúrgicos e farmacêuticos, o processo de produção de novos tipos humanos está em andamento a passo veloz. Bolsonaro foi engendrado neste contexto, mas seu fim não é melhorar, mas destruir. Sua governamentalidade somente faz sentido se pensada nesse contexto cuja razão global, neoliberal e excludente pontua o cotidiano cada vez mais precário.

Esta ação estatal vem atuando na forma da biopolítica que estimula a morte e não preserva a vida. Como concluiu Achille Mbembe em seu *Necropolítica* (2018) “vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos”” e a morte, e o suicídio podem se apresentar como formas de resistência neste contexto em que não há direitos, nem proteção de nenhum lado, somente demanda, abandono e desprezo. Como proposta, o conhecimento passa a ser um caminho de resistência que deve ser construído a partir deste espaço desertificado e reagir às tentativas de esquecimento e ativação de vidas robotizadas. Uma saída seria destruir a noção hierárquica de árvore – da árvore da eugenia (DIWAN, 2007) – e adotar a imagem proposta por Deleuze, do rizoma, descentralizado, não hierarquizado (DELEUZE e GUATTARI, 1998). Este é o rompimento da hierarquia necessária para se considerar um universo de possibilidades, não somente do geral para o específico, mas também sem ponto de origem fixo ou a priori. Este caminho será possível quando a sociedade brasileira aceitar de fato a diversidade, a possibilidade de criar um país a partir da nossa própria realidade, sem importar modelos ou outras experiências, na própria noção de soberania e de respeito a todos os seus cidadãos.

REFERÊNCIAS

- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. Introdução: Rizoma. In: *Mil Platos: capitalismo e esquizofrenia*, Vol. 1. São Paulo: Ed. 34, 1998

- DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- FOUCAULT, M. **Segurança, território e população** : curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, M. Governamentalidade. Trad. Roberto Machado. *In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder***. Rio de Janeiro: Graal, 2001, p. 277-293.
- FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: curso dado no Collège de France (1978-1979) . Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Our broad present: time and contemporary culture**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2014.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018.
- POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- STIVAL, Monica Loyola. Governo e Poder em Foucault. *In: **Trans/Form/Ação***, Marília, v. 39, n. 4, p. 107-126, Out./Dez., 2016.
- TURDA, Marius. Race, Science and Eugenics in the Twentieth Century. *In: The Oxford Handbook of The History of Eugenics*. Oxford: Oxford University Press, 2010.